

CASTILHO E OS CLÁSSICOS: TRADUÇÃO E BOM GOSTO

Ricardo NOBRE
rnobre@letras.ulisboa.pt
Centro de Estudos Clássicos
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

RESUMO

Explorando o conceito de tradução e a importância do domínio da língua de chegada e de partida, este ensaio explica o ponto de vista que leva António Feliciano de Castilho e alguns teorizadores portugueses coetâneos a acreditar que, se Ovídio tivesse sido um poeta português do século XIX, as suas obras teriam sido escritas como as traduções românticas realizadas nesse período.

PALAVRAS-CHAVE

Teoria da tradução, António Feliciano de Castilho, Júlio de Castilho, Ovídio, Romanismo.

Em 1859, José Maria Latino Coelho (1825-1891) definia duas correntes de pensamento relativamente ao estudo da Antiguidade, reconhecendo as diferenças entre o seu presente e um passado não muito distante. Enquanto à data em que escreve “os literatos e principalmente os poetas” depreciam “a convivência familiar com as musas clássicas” e se “cobr[e] e dour[a] a negligente ignorância dos tesouros antigos com a opulência exagerada das modernas criações”, cerca de quarenta anos antes era “exactamente oposta a tendência dos espíritos”, ou seja, “avultava-se a penúria da invenção para sujeitar os engenhos mais audazes ao jugo de Horácio e dar-lhes a todos moradia de escudeiros no Parnasso da velha genialidade”. Quanto ao latim, “que devia ser um estudo e um exemplo, era então um culto e uma superstição. Hoje é um ateísmo cómodo, que dispensa os poetas de estudar”¹. O tradutor de Demóstenes considera, portanto, que seria importante não ignorar as obras antigas e o seu valor exemplar, ao mesmo tempo que critica uma veneração demasiado reaccionária.

Também António Feliciano de Castilho (1800-1875) defenderia, em diversas épocas da sua carreira literária e crítica, um ponto de vista análogo, cujo momento culminante viria a ser a defesa da publicação de uma biblioteca com as traduções de todos os autores antigos: “transladem-se os eternos exemplares da Grécia antiga e da antiga Roma para a *linguagem hodierna* com o desvelo e respeito que merecem”², escreve, em

¹ J. M. Latino Coelho, “António Feliciano de Castilho”, *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil* 7, 1859, 310.

² A. F. Castilho, “Carta ao Editor”, in M. P. Chagas, *Poema da Mocidade seguido de O Anjo do Lar*, Lisboa, 1901, 167.

1865, na Carta ao Editor do *Poema da Mocidade*³, de Pinheiro Chagas (1842-1895). O objectivo, defende, é a emulação desses modelos por parte dos jovens talentos: “suponhamos que se chegava a ler Virgílio nesse guapíssimo semilatim, ou latim melhorado, da nossa terra! Que o seu cantar saía cá tão fácil, corrente e harmonioso, como já soara aos ouvidos de Mecenas e Augusto! (...) Que mancebo haveria aí tão desatinado e tão empedernido no pecar contra a razão e o gosto, que, medindo os seus improvisos por aquela poesia meditada, se não corresse de salutar vergonha, e não pusesse desde logo peito a mudar de vida e de caminho?”⁴.

Naquele ano de 1865, Castilho havia já traduzido diversas obras de Ovídio, nomeadamente as *Metamorfoses*, em 1841 (que nunca chegou a sair na íntegra, pelo que apenas temos os cinco primeiros livros), e, em 1862, *Os Fastos*. No ano da Questão Coimbrã⁵, o poeta estava a braços com a tradução das *Geórgicas*, que Joaquim Lourenço de Carvalho considera “infida, pretenciosa e obnóxica; numa palavra: intragável”⁶. Surpreendente classificação, se se recordar que um estudioso como Justino Mendes de Almeida⁷ reputa Castilho como “excelente tradutor de Virgílio e de outros clássicos” e que o classicista Francisco Rebelo Gonçalves, “ao referir-se a um possível florilégio das ‘melhores traduções em que os Gregos e os Latinos passaram à nossa língua’, salienta” precisamente as *Geórgicas* e as *Metamorfoses* daquele poeta⁸. Por seu lado, mais de cem anos antes, referindo-se à tradução dos *Fastos* como “verdadeiro tesouro”, José da Silva Mendes Leal Júnior (1820-1886) louvava-lhe a “perpétua invenção de linguagem”, reconhecendo porém que:

Só se lograria demonstrar *toda* a valia de tal obra com a acareação minuciosa dos dois textos; com a aferição do seu valor intrínseco e relativo; com a nota dos passos árduos e dos obstáculos suplantados; com a glossa dos característicos, dos mimos, das subtilidades e diferenças de ambos os idiomas; enfim, com o apuramento das perfeições, e os quilates de estilo, e o rol amplíssimo de tantas agudezas, elegâncias e sumptuosidades de elocução, de tão lustrosos atavios e galas de fantasia, como as que no Ovídio latino e no Ovídio português se disputam a palma.⁹

Importa, por isso, fazer essa “acareação”, impossível sem algumas reflexões que acatelem conclusões apressadas (como parece ter sido a de Lourenço de Carvalho). Assim, em primeiro lugar, neste breve estudo, dilucida-se o conceito de tradução, distinguem-se dois (ou três) tipos de tradução e verifica-se, nos preceitos que foi defendendo, se os objectivos de António Feliciano de Castilho foram (ou não) cumpridos naquelas que são, afinal, formas privilegiadas de recepção de textos que, pertencentes a

³ Irei citar o texto pela segunda edição da obra (1901).

⁴ Castilho, “Carta ao Editor”, 170.

⁵ Também conhecida como “Questão do Bom Senso e Bom Gosto”, tratou-se de uma importante querela literária que, em 1865, pôs em confronto aberto os ultra-românticos com os jovens da geração de 70, os quais viriam a ser os representantes da modernidade literária em Portugal.

⁶ J. L. de Carvalho, “Traduções Portuguesas de *As Geórgicas*”, in *Virgílio e a Cultura Portuguesa. Actas do [Colóquio do] Bimilenário da Morte de Virgílio. Lisboa, 1981*, Lisboa, 1986, 138.

⁷ J. M. de Almeida, “Traduções Portuguesas da *Eneida*”, in *Virgílio e a Cultura Portuguesa. Actas do [Colóquio do] Bimilenário da Morte de Virgílio. Lisboa, 1981*, Lisboa, 1986, 27.

⁸ Almeida, “Traduções”, 31.

⁹ J. S. Mendes Leal Júnior, “Nota Primeira: Título do Poema — Fastos”, in A. F. Castilho, *Ovídio. Os Fastos*, tomo I, Lisboa, 1862, 199.

um outro tempo e espaço, são actualizados e transformados em literatura portuguesa, respondendo a exigências estéticas vigentes¹⁰.

Conceito e conhecimento

A dinâmica entre língua de partida e língua de chegada levou Júlio de Castilho (1840-1919) a definir tradução como uma espécie de encarnação do outro escritor: “Traduzir um poeta, é medir-se com ele, é produzir uma obra como a produziria o autor se escrevesse na Língua para a qual o transplantam; falar como ele falaria; sentir como ele sentiria; seguir o caminho que ele seguiria; comover como ele comoveria”¹¹. No prefácio das *Metamorfoses*, António Feliciano de Castilho havia defendido um ponto de vista semelhante, reclamando que “não são as palavras, as que hão-de verter, mas os pensamentos, conceitos, e afectos”. Por isso, o tradutor é um “intérprete” do original, que traz para a língua de chegada um texto de outra proveniência espacial e temporal: “O vosso Autor só procurou, e escolheu vocábulos, e frases, em sua língua, para lograr esse fim; se outro tanto fizestes na vossa, e outro tanto conseguistes, fizestes tanto, e tão bem, senão melhor, e muito mais façanha, do que ele”¹².

Na mesma ordem de ideias, e diminuindo a importância da fidelidade formal ao enunciado de partida, Inácio Francisco Silveira da Mota (1836-1907) argumentaria que traduzir é “[r]eproduzir fielmente já não a língua, que é o menos, mas o pensamento, a forma, a harmonia e a vida dos grandes poemas, é empresa tão arriscada, que raros poderão tentá-la com êxito feliz”¹³. Assim, o desconhecimento da língua original em que um texto foi produzido não inibe a versão de textos, traduzidos a partir de outras traduções. António Feliciano de Castilho, sem saber grego¹⁴, traduziu textos como os epigramas “A Invenção da Azenha” e “A Invenção do Cálamo” ou a *A Lírica de Anacreonte*. Na verdade, esta prática irá desencadear uma polémica quando da tradução do *Fausto*, agravada pelo facto de os germanófilos serem alguns dos agentes da Questão Coimbrã.

Tipos de tradução

Consoante os objectivos com que se faziam as traduções do latim (e em menor número, do grego), os textos recebiam um tratamento diferenciado na língua de chegada, ou seja, uma tradução publicada para “auxílio dos estudantes” seria necessariamente diversa de uma outra dirigida ao leitor regular. Esta diferença foi sentida por Júlio de Castilho, que identifica um tipo de tradução didáctica (a que chama “tradução”) distinta de uma literária (que recebe o nome de “criação”). Define-se aquela por ter “um fim prático”, encontrando a sua “valia” na “essência” e “doutrina”; sendo “científica”,

¹⁰ No âmbito da apresentação de resultados relativos à investigação desenvolvida no decorrer do meu doutoramento, algumas das considerações aqui expostas retomam, por vezes textualmente, informações de R. Nobre, *A Lira Clássica do Trovador Romântico: Representações Poéticas da Antiguidade Greco-Romana no Romantismo Literário Português*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 2014, 170-186. Ainda assim, este artigo tem um enquadramento diferente daquele estudo, sobretudo no que compete à análise da prática de tradução de Castilho.

¹¹ J. de Castilho, *Memórias de Castilho*, tomo IV, Coimbra, 1930², 22-23.

¹² A. F. Castilho, “Prólogo”, *Ovídio. As Metamorfoses* (trad.), Lisboa, 1841, xiv.

¹³ I. F. Silveira da Mota, “Bibliografia: tradução dos *Fastos* de Ovídio, por A. F. de Castilho”, *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil* 5, 1864, 241.

¹⁴ J. de Castilho, *Memórias de Castilho*, tomo I, Coimbra, 1926², 79.

“pouco tem que ver com arte”. Quando uma tradução se limita a “repetir as palavras” de um poeta “temos as traduções escolares, literais, servis, que não são *traduções*, são calcos, e os calcos não são arte”¹⁵.

Justificadas pela doutrina escolar, estas traduções são da responsabilidade de professores ou estudantes de latim, e anunciavam-se como auxílio e atenuante das dificuldades na aprendizagem dessa língua. Nesse sentido, podem citar-se os trabalhos de João Félix Pereira (1822-1891), ou de Manuel Bernardes Branco (1832-1900). Próximo do fim do século XIX, dá este “Professor oficialmente habilitado das Línguas Grega e Latina”¹⁶ à estampa as *Geórgicas no Tesouro Virgiliano. Versão Literal das Obras de Virgílio para Uso dos Estudantes*: edição bilingue, onde se apresenta a tradução ao lado do texto latino, correspondendo a cada expressão original uma portuguesa. Mas o trabalho de educador deste docente ficara sensível em 1862, na *Selecta Primeira Latina vertida em Linguagem para Auxílio dos Estudantes de Latim*. Na “Advertência”, esclarecia que as “coleções de frases, subsídios, e, numa palavra, tudo quanto possa poupar tempo ao estudante, é utilíssimo. E é por isso que, com tais meios, em dois anos, aproximadamente, qualquer pode estar habilitado para fazer os três exames de latim, a que por lei é obrigado, como preparatórios para estudos superiores”. Questionava-se ainda sobre a utilidade de “empregar muitos anos no estudo de latim, quando a maior parte, ou todos os estudantes desta língua, não se destinam a professores dela, nem para nela escreverem, e apenas para estarem habilitados a poderem entender as obras escritas nesta língua”¹⁷.

Por seu lado, a tradução literária, pretendendo disponibilizar em português um texto estrangeiro, resulta muitas vezes de exercícios linguísticos e estéticos, que ostentam não só o conhecimento que o tradutor tem da língua de partida, mas sobretudo da língua e tradição literária portuguesa. No caso da poesia, isto implica também a capacidade de adequar um original greco-latino à métrica do português, sendo sensível o cuidado de manter no texto vertido o modo literário do original. Para Júlio de Castilho, a tradução literária serve “para regalo da fina flor dos espíritos” e o seu “merecimento (...) reside na forma, no colorido, no calor, na intenção poética”, o que a torna “altamente artística”¹⁸. Estas “traduções literárias” são uma forma de trazer à publicidade as obras e textos clássicos que mais se aproximam do gosto romântico¹⁹.

Victor Jabouille identifica, além das traduções escolares e “literárias”, aquelas que constituem “exercícios académicos” e “servem para verificar o grau de conhecimento e o eco da investigação europeia” da época, “sendo algumas delas surpreendentes como reflexo de erudição científica actualizada”: são as “traduções eruditas”. Talvez se possa citar como exemplo dessa atenção os trabalhos de António José Viale (1806-1889) ou de Júlio Moreira (1854-1911). Este deu a lume, em 1885, a tradução das *Obras de Virgílio*, “em obediência aos conhecimentos até então adquiridos e com respeito pelas exigências críticas do tempo”²⁰.

¹⁵ Castilho, *Memórias*, tomo IV, 22.

¹⁶ Foi também tradutor da *História Universal*, de C. Cantu, obra que o Conde de Gouvarinho, personagem de *Os Maias*, “lera (como todo o homem devia ler) (...) com atenção, fechado no seu gabinete, absorvendo-se na obra. Pois, senhores, escapara-lhe tudo — e ali estava sem saber história!” (E. Queirós, *Os Maias: Episódios da Vida Romântica*, Porto, 1888, 189).

¹⁷ M. B. Branco, *Selecta Primeira Latina vertida em Linguagem para Auxílio dos Estudantes de Latim*, Porto, 1862, 5 e 6.

¹⁸ Castilho, *Memórias*, tomo IV, 22.

¹⁹ Assim o entende V. Jabouille, “Traduções da Antiguidade”, in H. C. Buescu (coord.), *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Lisboa, 1997, 550-551.

²⁰ Almeida, “Traduções”, 19.

Todavia, apesar da pertinência em distinguir traduções “literárias” das “eruditas”, as fronteiras entre elas são ténues e não unânimes. Nos prólogos de obras como *Metamorfoses* ou *Fastos*, António Feliciano de Castilho revela exuberantemente que conhece os trabalhos estrangeiros, erudição evidente sobretudo nos comentários que faz às edições críticas disponíveis. Na verdade, admitindo a possibilidade de discordar dela em alguns momentos preferindo uma das suas variantes, Castilho identifica como edição-base para a sua tradução das *Metamorfoses* “a de Borchardo Cnipíngio²¹; que, dentre muitos, e muito antigos códices das obras de Ovídio, acuradamente comparados, soube escolher, e quase sempre com acerto, a sua lição, que apresentou castigada, e, quanto possível, limpa de erros tipográficos”²². Além disso, demonstra conhecer as traduções estrangeiras e portuguesas, e sem modéstia afirma: “para a minha consciência tenho, que de todas as traduções, que deste Poema vi até hoje, nenhuma excede, nem iguala, a minha, em pontualidade, e constante esforço, para dar o Autor retratado pelo natural”²³.

Em paralelo, pode recordar-se que, sem que junte aos seus cuidados o de tradutor de clássicos, Manuel Pinheiro Chagas demonstra conhecer a teoria de Karl Otfried Müller (1797-1840), segundo a qual “as poesias conhecidas pelo nome de canções de Anacreonte não pertencem ao velho de Téos, e são apenas imitações feitas pelos poetas subsequentes”²⁴. Apesar de não saber grego, Chagas aceita este postulado (ainda hoje unânime), mas o tom encomiástico que usa na apreciação do trabalho do amigo justifica algum excesso: “estou que por mais convencido que Otfried Müller estivesse de que eram apócrifas as canções de Anacreonte, hesitaria de novo se as pudesse ler na magnífica versão do sr. Castilho”²⁵. Não deixa de ser significativo que o autor alemão seja assim evocado em português, dois anos depois de publicada a tradução francesa da *Histoire de la littérature grecque. Jusqu’a Alexandre le Grand*²⁶.

Castilho-tradutor

Ao contrário do que se verifica relativamente à língua de partida, a pertinente doutrina sobre tradução dada a lume por Castilho levantou muitas questões concernentes às qualidades da língua de chegada. Na “Advertência” a *O Outono* (1863), o poeta mostra-se convencido de que a língua portuguesa atingiu a maturidade suficiente para receber as obras escritas noutras línguas: “podemos transladar para” português, “sem quebra nem enfraquecimento, tudo quanto ressoa entre gabos e aplausos nos mais bem dotados idiomas peregrinos”²⁷. Anos antes, no prefácio das *Metamorfoses*, reconhecia: “É (...) mister, que, onde se não pode, ou se não sabe, dar, inteira, e pontual, correspondência, se desconte, e escureça, a falta do nosso idioma, com outras riquezas, que ele mesmo para isso nos subministra; assim que entre o tradutor, e o autor, se dá uma contínua luta”²⁸. E, de forma ostensiva, declara o seu “empenho” em “dar esta obra em tão pura, castiça, e corrente, linguagem”, uma vez que o tradutor tem a obrigação de “saber,

²¹ Borchard Cnippling, cuja edição da obra completa de Ovídio data de 1670.

²² Castilho, “Prólogo”, xv-xvi.

²³ Castilho, “Prólogo”, xxv.

²⁴ M. P. Chagas, *Novos Ensaios Críticos*, Porto, 1867, 112-113.

²⁵ Chagas, *Novos Ensaios*, 114.

²⁶ Traduzida por K. Hillebrand. Paris: A. Durand, 1865; 2.ª ed., 1866. A versão original (póstuma) é de 1841.

²⁷ A. F. Castilho, *O Outono*, Lisboa, 1863, xxxv.

²⁸ Castilho, “Prólogo”, xvii.

quanto possível, e empregar, opulentamente, na sua tradução, a língua vernácula”²⁹. O sucesso deste postulado sente-se em algumas soluções que o poeta encontrou na tradução de Ovídio. Com efeito, nas *Metamorfoses*, algumas expressões resultaram em verdadeiras frases idiomáticas portuguesas: “em ânsias | De o pôr em obra” é a locução a que corresponde o latim *et uerbis fauet ipsa suis* (Ov. *Met.* 3.388).

Deste modo, na doutrina de Castilho pouco parece importar o conhecimento da língua original. São essencialmente parâmetros linguísticos e métricos que legitimam os méritos da tradução “mais rigorosamente fiel, que do latim-latim, para português-português, e de versos-versos para versos, também versos, se podia fazer”, como diz a respeito das *Metamorfoses* ovidianas³⁰. Por isso, remete para os verdadeiros conhecedores do latim, aqueles “que a fundo sabem o latim, e o português”, a possibilidade de ajuizar sobre o trabalho apresentado, nomeadamente na avaliação da “pouquidade, e aperto, do hendecassílabo” em face da “amplidão, e ensanchas do hexâmetro”³¹. Na tradução dos *Fastos*, podem citar-se casos em que o respeito pela métrica impede o tradutor de verter todas as palavras do original. Logo no início da Invocação a Germânico, os termos em realce não têm correspondente em português (Ov. *Fast.* 1.3-6):

excipe pacato, Caesar Germanice, uoltu
hoc opus et timidæ derige nauis **iter**,
officioque, leuem **non auersatus** honorem,
en tibi deuoto numine³² dexter ades.

Acolhe-os³³ tu, Germânico, sorri-lhes!
a tímido baixel sê norte, ó César!
proteja teu favor a humilde ofrenda.

Apesar de parecer à primeira vista pouco concordante com o original, na tradução não se perde muito do valor semântico dos versos ovidianos: o verbo *proteger* e os nomes *favor* e *oferenda* já constroem em torno da figura de Germânico a desejada aura de divindade que é sugerida por *numine* e, mais adiante, em *dexter ades*.

Porque uma tradução literal se tornaria imperceptível em português, e dado que “primeira obrigação, de quem escreve” é “fazer-se entender; e dos leitores, não se há-de exigir, nem esperar mais, do que eles têm, ou podem ter”³⁴, Castilho acredita que “a maior, e pior, de todas as infidelidades, é a fidelidade servil; é deixar ininteligível, o que o autor havia querido fazer, e havia feito, para se entender; é roubar-lhe as suas graças, e galas”³⁵. Na verdade, sem ser literal, a forma como *manus complexibus aufer* surge na versão das *Metamorfoses* — “ilude o abraço”³⁶ — confirma que a mensagem essencial se mantém com contornos carregados, ao retomar o campo lexical da ilusão, que em latim vinha já de *imagine* (Ov. *Met.* 3.385), termo que não havia sido traduzido verbalmente.

²⁹ Castilho, “Prólogo”, xviii.

³⁰ Castilho, “Prólogo”, xiii.

³¹ Castilho, “Prólogo”, xxiv.

³² Na edição dos *Fastos* de Castilho, *munere*.

³³ Tendo em consideração o contexto, o pronome “-os” refere-se a “versos” (com que o tradutor verte *canam*, v. 2: “dirão meus versos”), que são igualmente o referente de “-lhes”.

³⁴ Castilho, “Prólogo”, xiii.

³⁵ Castilho, “Prólogo”, xiv.

³⁶ A. F. Castilho, *Ovídio. As Metamorfoses* (trad.), Lisboa, 1841, 141.

Estão justificados no prefácio das *Metamorfoses* os momentos em que foi necessário cometer algumas traições ao texto original, sob pena de tornar imperceptível o texto de chegada. Encontra-se neste caso “a escusável escuridade, que provém, de, muitas vezes, se não designarem os personagens pelos seus nomes próprios, mas pelos possessivos de pais, avós, e mais remotos ascendentes; pelos de suas terras, ou rios; e, alguma vez, pelos de suas façanhas, ou algumas outras circunstâncias pessoais”. O tradutor entende ser este um “antigo costume, mui conforme com o espírito, indubitavelmente, aristocrático, desses tempos”, apresentando-se adequado à época, “pois que todas estas histórias, e fábulas, que hoje temos nos dicionários, como em museus, andavam vivas, e correntes, na notícia de todos”³⁷. No episódio de Eco e Narciso, no livro III das *Metamorfoses*, algumas diferenças entre o latim e o português podem justificar-se pela intenção de caracterizar as personagens por meio de atributos, em vez da nomeação: se “Narciso” toma as vezes de *puer* no verso 379, no seguinte, *Echo* surge em português como “amante Ninfa”, acentuando essas características da personagem.

Relevantes são ainda os exemplos, no mesmo episódio das *Metamorfoses*, em que se verifica um adensar sensitivo ou uma mudança sensorial entre o original e o traduzido. Enquanto a pergunta *ecquis adest?* e a resposta *adest* (*Met.* 3.380) sinalizam o reconhecimento da presença de alguém que Narciso não conhece, a versão castilhana “Olá! Ninguém me escuta?” e a conseqüente resposta “Escuta”³⁸ apontam para essa mesma presença, mas a partir da audição. Será precisamente pelo ouvido que se vai acumulando um conjunto semântico que configura a possibilidade de comunicação (*dixerat* | “brada”, “escuta”, *responderat* | “responde”, *clamat* | “grita”, *inquit* | “clama”, *recepit* | “responde”, *uocis* | “voz”, *perstat* | “insiste”), pois que até Eco sair de entre os arbustos, a convite de Narciso (*huc coeamus* | “juntemo-nos aqui”), este não a vê (“não vendo ninguém”, “nada vê” são expressões sem correspondência no latim).

Em Abril de 1841, num texto d’ *O Panorama*³⁹ não assinado em que anunciava a tradução das *Metamorfoses*, Alexandre Herculano (1810-1877) traçava algumas linhas doutrinárias de um programa literário romântico (sem usar este termo), elogiava a poesia moderna e recomendava o fim da reverência que a Antiguidade gozava em termos artísticos. No entanto, alguns autores clássicos mereciam continuar a ser lidos e traduzidos, como Ovídio, “o mais perfeito modelo da poesia romana”⁴⁰. Como o texto é um anúncio de uma obra por vir, e tendo em consideração que o seu conteúdo é generalizante e pouco rigoroso, fica-se com a ideia de que Castilho era para o então seu amigo Alexandre Herculano⁴¹ um “digno” tradutor, “poeta que pode entender não só a língua, mas a cor do original”. Importa, todavia, realçar que as frases declamatórias sobre *Metamorfoses* denunciam que o autor não conhece bem a obra ovidiana, pois que a confunde com os *Fastos*. Assim, aquele poema não é “um quadro que encerra toda a vida antiga” ou “Roma inteira”; também não é verdade que aí se compilem “Crenças, viver doméstico, filosofia, ciências, leis, história”⁴², características deste outro poema, que Castilho irá traduzir daí a cerca de vinte anos.

Por outro lado, é preciso fazer notar que o elogio das qualidades estético-literárias da obra do poeta latino é uma forma de atribuir à tradução apresentada as mesmas propriedades. Assim, se Ovídio era, para Júlio de Castilho, o “poeta mais fecundo e mais

³⁷ Castilho, “Prólogo”, xiii.

³⁸ Castilho, *Ovídio. Metamorfoses*, 141.

³⁹ Jornal “Semanário de Instrução e Cultura”, de que foi director Alexandre Herculano, é considerado um “órgão” da “primeira geração romântica”. Foi publicado, com interrupções, entre 1837 e 1868.

⁴⁰ A. Herculano, “Tradução das Metamorfoses pelo Sr. Castilho”, *O Panorama* 207, 1841, 128.

⁴¹ São incertos os motivos por que romperam a forte amizade que ligava estes dois intelectuais.

⁴² Herculano, “Tradução das Metamorfoses”, 128.

moderno da antiguidade clássica”, o “mais imaginoso”, o “mais fecundo” e o “mais gracioso dos romancistas do Império”, cujo estilo se distinguia por “arrojados devaneios”, “arabescos da fantasia” e “imaginosas concepções”, só o trabalho do pai teria o dom de comprovar que era possível “expressar em português de lei” tal obra-prima⁴³. Com efeito, a tradução das *Metamorfoses* era uma produção “das mais originais que lhe saíram do estro”, sendo de assinalar as suas qualidades “como transplantação de poema estrangeiro; como exercício propriamente linguístico; e enfim, como tentativa para a restauração do gosto público em assuntos de arte”⁴⁴. Na sua “Nota Primeira” aos *Fastos*, sobre o “Título do Poema”, José da Silva Mendes Leal Júnior⁴⁵ assegura que “para o trasladar, mais, para o transferir para uma língua diversa” “[é] preciso ser um segundo Ovídio”. Terá sido essa, durante anos, a convicção de António Feliciano de Castilho.

Ao longo do século XIX, quando se falava de tradução, não raras vezes se associava este processo a um fenómeno de naturalização ou nacionalização, próximo da acção de paramentar à portuguesa um texto estrangeiro. No meu entender, e pela adequação desta actividade às teorias de tradução vigentes, estas *Metamorfoses* e estes *Fastos* podiam perfeitamente ter sido escritos por alguém que, jovem poeta romântico, com olheiras e até pálido do luar, vai ler, até por recomendação do próprio Castilho, poesia para o “formoso passeio da Estrela”⁴⁶, com as suas curvas fantasiosas, a sua irregularidade aparente, os seus outeirinhos e os seus recôncavos inesperados⁴⁷: enfim, um Ovídio romântico, ou seja, “um poeta opulentíssimo, que bem podemos cognominar Ovídio-Castilho”⁴⁸.

BIBLIOGRAFIA

- J. M. de Almeida, “Traduções Portuguesas da *Eneida*”, in *Virgílio e a Cultura Portuguesa. Actas do [Colóquio do] Bimilenário da Morte de Virgílio*. Lisboa, 1981, Lisboa, 1986, 17-34.
- M. B. Branco, *Selecta Primeira Latina vertida em Linguagem para Auxílio dos Estudantes de Latim*, Porto, 1862
- M. B. Branco, *Tesouro Virgiliano. Versão Literal das Obras de Virgílio para Uso dos Estudantes*, Lisboa, 1889
- J. L. de Carvalho, “Traduções Portuguesas de *As Geórgicas*”, in *Virgílio e a Cultura Portuguesa. Actas do [Colóquio do] Bimilenário da Morte de Virgílio*. Lisboa, 1981, Lisboa, 1986, 135-141
- A. F. Castilho, *Ovídio. Os Fastos* (trad.), Lisboa, 1862
- A. F. Castilho, *Ovídio. As Metamorfoses* (trad.), Lisboa, 1841
- A. F. Castilho, *O Outono*, Lisboa, 1863
- A. F. Castilho, *Lírica de Anacreonte* (trad.), Paris, 1866
- A. F. Castilho, “Carta ao Editor”, in M. P. Chagas, *Poema da Mocidade seguido de O Anjo do Lar*, Lisboa, 1901, 159-198
- J. de Castilho, *Memórias de Castilho*, Coimbra, tomo I 1926², tomo IV 1930²

⁴³ Castilho, *Memórias*, tomo IV, 21.

⁴⁴ Castilho, *Memórias*, tomo IV, 19.

⁴⁵ Leal Júnior, “Nota Primeira”, 194.

⁴⁶ Actualmente, é o Jardim Guerra Junqueiro (vulgarmente designado por Jardim da Estrela), em frente à Basílica da Estrela, em Lisboa.

⁴⁷ Castilho, “Carta ao Editor”, 190.

⁴⁸ Leal Júnior, “Nota Primeira”, 197.

- M. P. Chagas, *Novos Ensaio Críticos*, Porto, 1867
- J. M. Latino Coelho, “António Feliciano de Castilho”, *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil* 7, 1859, 297-312
- S. Green, *Ovid. Fasti 1: a Commentary*, Leiden, 2004
- A. Herculano, “Tradução das Metamorfoses pelo Sr. Castilho”, *O Panorama* 207, 1841, 127-128
- V. Jabouille, “Traduções da Antiguidade”, in H. C. Buescu (coord.), *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Lisboa, 1997, 550-553
- J. S. Mendes Leal Júnior, “Nota Primeira: Título do Poema — Fastos”, in *Ovídio. Os Fastos*, tomo I, Lisboa, 1862, 177-200
- I. F. Silveira da Mota, “Bibliografia: tradução dos *Fastos* de Ovídio, por A. F. de Castilho”, *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil* 5, 1864, 236-242
- R. Nobre, *A Lira Clássica do Trovador Romântico: Representações Poéticas da Antiguidade Greco-Romana no Romantismo Literário Português*. Dissertação de Douto-ramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 2014
- E. Queirós, *Os Maias: Episódios da Vida Romântica*, Porto, 1888